



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO Nº 033/2026

FOLHAS. Nº _____
PROC. Nº PE 005/26
RUBRICA 2

À(o)

Sr. **ANTONIO CARLOS CARREIRO VARÃO**

Representante Legal da Empresa: **ANTONIO CARLOS CARREIRO VARAO - 69.624.872/0001-27**

Com endereço a AVENIDA DOMINGOS SERTAO, 2471, SAO JOSE, Pastos Bons, Maranhão

Contatos: (99) 8805-8649 | carreiroconstrucoes@hotmail.com

Prezado(a) Senhor(a),

Nos termos da legislação vigente, vimos pelo presente **CONVOCAR** Vossa Senhoria, na qualidade de representante legal da referida empresa, para **ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO**, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) com entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA., conforme Processo de Contratação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 005/2026, autuado a partir do Processo Administrativo nº 2026009/2026, no valor total de R\$ 1.162.734,30 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação desta, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e na Lei 14.133/21.

A empresa deverá atualizar a documentação de **HABILITAÇÃO**, prevista no edital em epígrafe, que porventura estejam vencidas.

Pastos Bons - MA, 31 de Março de 2026

Vera Lúcia Ferreira Costa Mota

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 08/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. Nº _____
PROC. Nº PE 005/26
RUBRICA f



CONTRATO Nº 033/2026

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 005/2026
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2026009/2026



OBJETO CONTRATUAL

Contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) com entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA.



VALOR CONTRATUAL

R\$ 1.162.734,30 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 1 de Abril de 2026
FINAL: 1 de Abril de 2027



DADOS DO CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02
AVENIDA DOMINGOS SERTÃO, 1000, SÃO JOSÉ, Pastos Bons, Maranhão.
Vera Lúcia Ferreira Costa Mota, CPF nº 322.335.403-44



DADOS DO CONTRATADO

ANTONIO CARLOS CARREIRO VARAO, CNPJ nº 69.624.872/0001-27
AVENIDA DOMINGOS SERTAO, 2471, SAO JOSE, Pastos Bons, Maranhão
carreiroconstrucoes@hotmail.com, (99) 8805-8649,
ANTONIO CARLOS CARREIRO VARÃO, CPF nº 249.803.072-72



FISCAL DO CONTRATO

Weverton de Sousa Teixeira - CPF nº 023.679.993-25

PREÂMBULO

Aos 1 de Abril de 2026, a Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ nº 11.885.239/0001-02, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº PE005/26

RUBRICA  
PASTOS BONS

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) com entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ R\$ 1.162.734,30 ((um milhão, cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

| ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------|---------|--------|-----------|---------------|
| Lote 01 - Mercearia | | | | | | |
| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | R\$ Unit. | R\$ Total |
| 1 | ARROZ BRANCO, subgrupo polido, classe longo fino, tipo 1, pacote contendo 1kg, com identificação do produto e prazo de validade. | GIRASSOL | KG | 9.100 | R\$ 5,12 | R\$ 46.592,00 |
| 2 | AVEIA EM FLOCOS FINOS, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Composição centesimal: 12g de proteínas, 8g de lipídios e 63g de carboidratos. Embalada em polietileno atóxico, contendo 165g. Reembalados em caixas de papelão resistentes. Contendo identificação do fabricante, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. Caixa com embalagem de 200g | QUAKER | PCT | 5.200 | R\$ 5,04 | R\$ 26.208,00 |
| 3 | AZEITONA EM CONSERVA (verde), inteira ou fatiada, em salmoura, isenta de sujidades e corpos estranhos, com rotulagem, lote, data de fabricação e validade. Embalagem com peso líquido mínimo de 200 g, informando peso drenado. | INATURA | PCT | 390 | R\$ 6,28 | R\$ 2.449,20 |
| 4 | AÇÚCAR TIPO CRISTAL, obtido da cana de açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, com teor de sacarose mínimo de 98,5%, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas e de enxofre, acondicionado em pacote de 1kg. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. | HOLANDA | KG | 5.200 | R\$ 5,47 | R\$ 28.444,00 |
| 5 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO, a base de: farinha de trigo / açúcar / gordura vegetal hidrogenada / lecitina de soja / amido de milho / açúcar invertido / leite integral / sal. Acondicionado em embalagem contendo identificação do fabricante, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, | RANCHEIRO | PCT | 2.600 | R\$ 6,64 | R\$ 17.264,00 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS: Nº _____
PROC. Nº PE005/26
RUBRICA: PASTOS BONS

| | | | | | | |
|---|--|-----------|-----|-------|-----------|---------------|
| | queimados e de características organolépticas anormais. PACOTE 400G | | | | | |
| 6 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA, SABOR LEITE, a base de: farinha de trigo / açúcar / gordura vegetal hidrogenada / lecitina de soja / amido de milho / açúcar invertido / leite integral / sal. Acondicionado em embalagem contendo identificação do fabricante, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de características organolépticas anormais. PACOTE 400G | RANCHEIRO | PCT | 2.600 | R\$ 8,75 | R\$ 22.750,00 |
| 7 | BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER; Biscoito Salgado tipo Cream Cracker. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido. Sal refinado, extrato de malte, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, de sujidades, parasitas, larvas, detritos animais ou vegetais e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de características organolépticas anormais. Não poderá apresentar umidade ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito - até 10% de biscoitos quebrados) e nem excesso de dureza. Embalagem: pacote impermeável lacrado, contendo 400g (3x1), com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e número de registro no órgão competente, devidamente rotulado conforme legislação vigente, observadas as normas técnicas pertinentes à legislação sanitária de alimentos. | FORTALEZA | PCT | 5.200 | R\$ 7,33 | R\$ 38.116,00 |
| 8 | CAFÉ TORRADO E MOÍDO, Embalagem à vácuo, 500g, características adicionais: de primeira qualidade, características, aspecto, cor, odor e sabor próprios. Com selo de pureza da associação brasileira de indústria do café - abic, com identificação do produto e prazo de validade | MARATÁ | PCT | 5.200 | R\$ 13,92 | R\$ 72.384,00 |
| 9 | Coco ralado, sem sacarose, baixo teor de gorduras em aditivo, com partes do endosperma do fruto, sãos e maduro, sem cheiro ou ranço. Embalagem atóxica de 200 g. | SOCORRO | PCT | 650 | R\$ 6,25 | R\$ 4.062,50 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. N° _____

PROC. N° PE005/26

RUBRICA



| | | | | | | |
|----|---|-------------|-----|-------|-----------|---------------|
| 10 | Colorau deve ser constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Registro no MS. Acondicionado em embalagem de polietileno transparente, resistente, atóxica de até 100g. | MARATÁ | PCT | 780 | R\$ 2,79 | R\$ 2.176,20 |
| 11 | EXTRATO DE TOMATE, concentrado, embalagem contendo no mínimo 350g, com identificação do produto e prazo de validade. | ARISCO | UND | 7.800 | R\$ 4,73 | R\$ 36.894,00 |
| 12 | FEIJÃO CARIOCA - TIPO 1; constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, acondicionado em saco plástico, isento de material terroso, sujidades, mistura de outras variedades e espécies, pacote 01 Kg. Com identificação do produto e prazo de validade. | KICALDO | KG | 7.800 | R\$ 11,24 | R\$ 87.672,00 |
| 13 | FEIJÃO PRETO pacote de 1Kg, novo, de primeira qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados, com embalagem plástica resistente e transparente, data de fabricação com validade de no mínimo 12 meses, com registro no Ministério da Agricultura. | KICALDO | KG | 1.300 | R\$ 9,32 | R\$ 12.116,00 |
| 14 | FLOCÃO DE ARROZ. Ingredientes: Arroz, ferro e ácido fólico. Não contém glúten. Pacote 500g, com identificação do produto e prazo de validade. | NUTRIVITA | PCT | 3.900 | R\$ 4,71 | R\$ 18.369,00 |
| 15 | FLOCÃO DE MILHO. Ingredientes: Milho, ferro e ácido fólico. Não contém glúten. Pacote 500g, com identificação do produto e prazo de validade. | NUTRIVITA | PCT | 5.200 | R\$ 2,97 | R\$ 15.444,00 |
| 16 | FOLHA DE LOURO SECA/DESIDRATADA, própria para consumo, sem impurezas, com rotulagem, lote, data de fabricação e validade. Embalagem tipo sachê/pacote com peso líquido mínimo de 10 g. | INATURA | PCT | 650 | R\$ 4,03 | R\$ 2.619,50 |
| 17 | Farinha branca: torrada, seca, fina, tipo 01, branca e amarela, isenta de sujidades, parasitos e larvas, com aspecto, odor, e sabor próprios, acondicionado em pacote de 01 kg, que deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e embalagem secundária plástica resistente com peso líquido de 30kg. | BOM SABOR | KG | 2.600 | R\$ 6,79 | R\$ 17.654,00 |
| 18 | Farinha de trigo branca especial, tipo 1, enriquecida, com ferro e ácido fólico, livre de sujidades, parasitas e larvas, produto obtido a partir de cereal limpo. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino branco, | ROSA BRANCA | KG | 2.600 | R\$ 5,94 | R\$ 15.444,00 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº PE 005/26

RUBRICA P



| | | | | | | |
|----|---|-------------|------|-------|-----------|---------------|
| | cheiro e sabor próprio. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega Embalagem de 1 kg. | | | | | |
| 19 | MACARRÃO ESPAGUETE; à base de farinha com ovos, pacote contendo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. | ESTRELA | UND | 3.900 | R\$ 5,58 | R\$ 21.762,00 |
| 20 | MACARRÃO PARAFUSO; à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. | ESTRELA | UND | 2.600 | R\$ 5,15 | R\$ 13.390,00 |
| 21 | MOLHO DE PIMENTA 150 ML | MARATÁ | UND | 390 | R\$ 3,83 | R\$ 1.493,70 |
| 22 | Milho para canjica, grupo misturada, subgrupo despêliculada, classe branca, tipo 2. Embalagem: saco plástico transparente, termo soldado, com peso líquido de 500g. | PINDUCA | PCT | 1.300 | R\$ 5,43 | R\$ 7.059,00 |
| 23 | Milho verde em conserva: dados de identificação do produto, marca de fabricante, prazo de validade, peso líquido, resolução RDC 352/2002 - ANVISA, EMBALAGEM 200g. | FUGINI | UND | 650 | R\$ 2,83 | R\$ 1.839,50 |
| 24 | PÃO FRANCÊS, unidade com 50g, regional, acondicionado em embalagem contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade | PÃO DA VIDA | UND | 3.900 | R\$ 1,22 | R\$ 4.758,00 |
| 25 | SAL REFINADO, IODADO, para consumo doméstico, pacote contendo 01kg, com identificação do produto e prazo de validade. | PÃO DA VIDA | KG | 2.600 | R\$ 2,07 | R\$ 5.382,00 |
| 26 | SARDINHA EM CONSERVA ENLATADA. Especificação: Sardinha em conserva embalada em lata, ao molho de tomate, com peso líquido mínimo de 125g. Prazo de validade: mínimo de 01 (um) ano, identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e número de registro no órgão competente, devidamente rotulado conforme legislação vigente; observadas as normas técnicas pertinentes a legislação sanitária de alimentos. | PESCADOR | LATA | 2.600 | R\$ 5,90 | R\$ 15.340,00 |
| 27 | Vinagre, acondicionado em embalagem plástica, resistente e transparente de 500 ml, sem corantes e/ou aditivos químicos, em perfeitas condições, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 1 (um) ano. | PREDILETO | L | 650 | R\$ 3,45 | R\$ 2.242,50 |
| 28 | ÓLEO COMESTÍVEL, VEGETAL, DE SOJA; puro, fino, sem colesterol, rico em | SOYA | UND | 3.900 | R\$ 10,99 | R\$ 42.861,00 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº PE 005/26

RUBRICA A



| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|-----------------------|--|
| vitamina e, embalagem contendo no mínimo 900ml, com identificação do produto e prazo de validade. | | | | | | |
| Valor Total do Lote | | | | | R\$ 582.786,10 | |

| Lote 03 - Laticínios e derivados | | | | | | |
|---|--|--------------|----------------|---------------|-----------------------|------------------|
| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | R\$ Unit. | R\$ Total |
| 1 | CREME DE LEITE 200 g constituído de leite padronizado, embalagem: lata rotulada com papel impresso, de 1ª qualidade | CAMPONESA | UND | 1.040 | R\$ 4,12 | R\$ 4.284,80 |
| 2 | LEITE EM PÓ INTEGRAL (tipo Ninho) o produto deve conter no mínimo 3,5% de gordura, enriquecido com vitamina A, C, D e Ferro cor branca interior e sabor característico. Acondicionada em embalagem resistente contendo até 1 kg, com prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da data de entrega. | CAMPONESA | PCT | 650 | R\$ 17,99 | R\$ 11.693,50 |
| 3 | LEITE EM PÓ INTEGRAL PACOTE COM 200G, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE | CAMPONESA | PCT | 3.900 | R\$ 8,14 | R\$ 31.746,00 |
| 4 | Leite condensado, constituído de leite padronizado, açúcar e lactose, embalagem: lata de 395g rotulada com papel impresso, de 1ª qualidade. | CAMPONESA | UND | 1.560 | R\$ 6,62 | R\$ 10.327,20 |
| 5 | Leite em pó desnatado, 100% de origem animal, Leite desnatado, instantâneo, enriquecido com vitamina A e D, com embalagem primária em papel aluminizado, e embalagem secundária de papelão reforçado, validade mínima 08 (oito) meses; a partir da data de entrega. Composição química na embalagem. | CAMPONESA | PCT | 3.900 | R\$ 7,27 | R\$ 28.353,00 |
| 6 | Leite zero lactose em pó, composição básica: leite integral, enzima lactase, adicionado com vitaminas e emulsificantes. Com embalagem primária em papel aluminizado reforçado ou lata. Normas de produção e embalagem com orientações sanitárias vigentes. Validade mínima de 08 (oito) meses a contar da data da entrega. Com registro no MA, inspecionado pelo SIF. Embalagem 300G | CAMPONESA | PCT | 3.250 | R\$ 21,47 | R\$ 69.777,50 |
| 7 | MARGARINA VEGETAL. com sal, embalada em pote contendo 500g, com identificação do produto e prazo de validade | PRIMOR | POTE | 650 | R\$ 10,18 | R\$ 6.617,00 |
| Valor Total do Lote | | | | | R\$ 162.799,00 | |

| Lote 04 - Hortifruti | | | | | | |
|-----------------------------|---|--------------|----------------|---------------|------------------|------------------|
| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | R\$ Unit. | R\$ Total |
| 1 | Abobora, com casca sem brilho e firme, tamanho grande, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, intactas e bem | INATURA | KG | 1.300 | R\$ 4,37 | R\$ 5.681,00 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº PE005/26

RUBRICA 0



| | | | | | | |
|----|--|---------|-----|-------|-----------|---------------|
| | desenvolvidas, livre de terras ou corpos estranhos aderentes a superfície externa. | | | | | |
| 2 | Alface, folhas brilhantes, firmes e sem áreas escuras, frescas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou qualidade, livre de resíduos e fertilizantes. | INATURA | UND | 780 | R\$ 4,21 | R\$ 3.283,80 |
| 3 | Alho, de boa qualidade, compactos e firmes. Devem apresentar suficiente evolução de tamanho, cor e sabor típicos da espécie. Não estarem danificados por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada. | INATURA | KG | 520 | R\$ 23,91 | R\$ 12.433,20 |
| 4 | BANANA, in natura, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. | INATURA | KG | 1.950 | R\$ 6,47 | R\$ 12.616,50 |
| 5 | BATATA DOCE, in natura, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. | INATURA | KG | 260 | R\$ 7,39 | R\$ 1.921,40 |
| 6 | BETERRABA 1ª qualidade, grande, acondicionada em embalagem adequada, isenta de sujidades, fresca, íntegra e firme, embalagem 1.0 kg. | INATURA | KG | 1.300 | R\$ 5,31 | R\$ 6.903,00 |
| 7 | Batata inglesa, 1ª qualidade, grande, acondicionada em embalagem adequada, isenta de sujidades, fresca, íntegra e firme, embalagem 1.0 kg. | INATURA | KG | 1.950 | R\$ 5,38 | R\$ 10.491,00 |
| 8 | CENOURA, in natura, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. | INATURA | KG | 1.560 | R\$ 6,79 | R\$ 10.592,40 |
| 9 | CHUCHÚ 1ª qualidade, grande, acondicionada em embalagem adequada, isenta de sujidades, fresca, íntegra e firme, embalagem 1.0 kg. | INATURA | KG | 1.300 | R\$ 4,99 | R\$ 6.487,00 |
| 10 | Cebola: Serem suficientemente desenvolvidas, com o tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetam | INATURA | KG | 2.860 | R\$ 7,33 | R\$ 20.963,80 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº PE005/26

AGRICULTURA PASTOS BONS

| | | | | | | |
|----|--|---------|------|-------|----------|---------------|
| | a sua aparência. Estarem livres de enfermidades. Estarem livres da maior parte possível de terra aderente à casca. Estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Estarem livres de resíduos de fertilizantes. Não apresentarem rachaduras ou cortes na casca. A polpa deverá estar intacta e limpa. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada. | | | | | |
| 11 | Cheiro verde, com folhas lisas, firmes, viçosas, de cor verde brilhante, com coloração e tamanho uniforme e típicos da variedade, livres de resíduos e fertilizantes, de colheita recente. | INATURA | MAÇO | 1.300 | R\$ 5,30 | R\$ 6.890,00 |
| 12 | FOLHA DE COUVE de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, sem rupturas, íntegro em todas as partes, isento de insetos, umidade, sujidades, substâncias terrosas ou corpos estranhos. Transportados de forma adequada. | INATURA | UND | 650 | R\$ 3,78 | R\$ 2.457,00 |
| 13 | LARANJA de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, sem rupturas, íntegro em todas as partes, isento de insetos, umidade, sujidades, substâncias terrosas ou corpos estranhos. Transportados de forma adequada. | INATURA | KG | 2.600 | R\$ 7,02 | R\$ 18.252,00 |
| 14 | LIMÃO de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, sem rupturas, íntegro em todas as partes, isento de insetos, umidade, sujidades, substâncias terrosas ou corpos estranhos. Transportados de forma adequada. | INATURA | KG | 650 | R\$ 5,90 | R\$ 3.835,00 |
| 15 | MAMAO de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, sem rupturas, íntegro em todas as partes, isento de insetos, umidade, sujidades, substâncias terrosas ou corpos estranhos. Transportados de forma adequada. | INATURA | KG | 1.300 | R\$ 7,57 | R\$ 9.841,00 |
| 16 | Macaxeira, com casca sem brilho e firme, tamanho grande, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, intactas e bem desenvolvidas, livre de terras ou corpos estranhos aderentes a superfície externa. | INATURA | KG | 1.300 | R\$ 6,43 | R\$ 8.359,00 |
| 17 | Melancia, fresca, no ponto de maturação, sem ferimentos ou defeitos, mantendo as características organolépticas. | INATURA | KG | 1.300 | R\$ 9,14 | R\$ 11.882,00 |
| 18 | Melão, de 1ª qualidade, tamanho médio, com grau de maturação adequado, isento de substâncias terrosas, sujidades, acondicionados em sacos de polietileno, frestados, com identificação do peso. | INATURA | KG | 1.300 | R\$ 7,02 | R\$ 9.126,00 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº PE 005/96

EDITAL Nº _____



| | | | | | | |
|----------------------------|---|----------|---------|-------|-----------------------|---------------|
| 19 | OVOS CLASSE A, BRANCO; embalagem com identificação do produto e prazo de validade. | TANGUARÁ | CARTELA | 650 | R\$ 16,03 | R\$ 10.419,50 |
| 20 | Pepino íntegros, com coloração verde-escura, firmes, isentos de sujidades ou corpos estranhos. Transportados de forma adequada. | INATURA | KG | 650 | R\$ 5,56 | R\$ 3.614,00 |
| 21 | Pimentão de 1ª qualidade, íntegro e firme, com grau de maturação adequada, tamanho médio, isenta de substâncias terrosas, sujidades, corpos estranhos e umidade. Transportadas de forma adequada. | INATURA | KG | 910 | R\$ 6,13 | R\$ 5.578,30 |
| 22 | Repolho, branco, 1ª qualidade, tamanho médio, aproximadamente 80% de maturação, sem manchas, coloração uniforme e brilho, acondicionados em sacos de polietileno frestados, etiqueta de pesagem, embalagem 1.0 kg. | INATURA | KG | 650 | R\$ 9,21 | R\$ 5.986,50 |
| 23 | TOMATE DE PRIMEIRA; Tomate de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. | INATURA | KG | 2.860 | R\$ 7,33 | R\$ 20.963,80 |
| Valor Total do Lote | | | | | R\$ 208.577,20 | |

| Lote 05 - Água mineral | | | | | | |
|----------------------------|---|---------|---------|--------|-------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | R\$ Unit. | R\$ Total |
| 1 | AGUA MINERAL 500 ML (Água Mineral sem gás 500ml) acondicionado em embalagem contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. | CRISTAL | UND | 3.900 | R\$ 4,60 | R\$ 17.940,00 |
| 2 | ÁGUA MINERAL EM COPO 200 ML (Água sem gás 200 ML) acondicionado em embalagem contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. | CRISTAL | UND | 3.900 | R\$ 2,70 | R\$ 10.530,00 |
| 3 | ÁGUA MINERAL, galão com 20 litros, acondicionado em embalagem contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade | CRISTAL | UND | 7.800 | R\$ 23,09 | R\$ 180.102,00 |
| Valor Total do Lote | | | | | R\$ 208.572,00 | |
| Valor Total | | | | | R\$ 1.162.734,30 | |

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 01/04/2026 e encerramento em 01/04/2027, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Pastos Bons deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

CLASSIFICAÇÃO: 10.302.0091.2040.0000 MANUT DAS ATIVIDADES HOSPITALARES

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO



8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.



10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:



11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº



14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS



15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pastos Bons - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pastos Bons – MA, 1 de Abril de 2026

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Vera Lúcia Ferreira Costa Mota
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 08/2025

PELA CONTRATADA

ANTONIO CARLOS CARREIRO VARÃO
CPF nº 249.803.072-72

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2026, assinado em 01/04/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) com entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA.. Processo Administrativo nº 2026009/2026. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/2026. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02, CONTRATADO: ANTONIO CARLOS CARREIRO VARAO, CNPJ nº 69.624.872/0001-27. Valor Global: R\$ 1.162.734,30 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). Vigência Inicial: 1 de Abril de 2026. Vigência Final: 1 de Abril de 2026. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota - Secretaria Munic. de Saúde. Pastos Bons - MA, 1 de Abril de 2026.

FOLHAS. Nº _____
PROC. Nº PE005/26
RUBRICA A



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

| | | |
|--|-------------------|---|
| COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO | FOLHAS: N° | 1 |
| EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026009/2026 | PROC. N° PE005/06 | 1 |
| EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026009/2026 | | 1 |
| ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026009/2026 | | 1 |
| ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026009/2026 | | 1 |
| EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025 | | 1 |
| EXTRATO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026020/2026 | | 2 |

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2026.

TERCEIROS

SEM ATOS A PUBLICAR NESTA DATA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2026, assinado em 01/04/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) com entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA, Processo Administrativo nº 2026009/2026. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/2026. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02, CONTRATADO: SAO RAFAEL EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 41.699.317/0001-45. Valor Global: R\$ 497.991,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e novecentos e noventa e um reais). Vigência Inicial: 1 de Abril de 2026. Vigência Final: 1 de Abril de 2027. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota - Secretária Munic. de Saúde. Pastos Bons - MA, 1 de Abril de 2026.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2026, assinado em 01/04/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) com entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA, Processo Administrativo nº 2026009/2026. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/2026. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02, CONTRATADO: ANTONIO CARLOS CARREIRO VARAO, CNPJ nº 69.624.872/0001-27. Valor Global: R\$ 1.162.734,30 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). Vigência Inicial: 1 de Abril de 2026. Vigência Final: 1 de Abril de 2026. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota - Secretária Munic. de Saúde. Pastos Bons - MA, 1 de Abril de 2026.

ERRATA

ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026. A Prefeitura Municipal de Pastos Bons/MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA referente à Ata de Registro de Preços nº 008/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 005/2026, Processo Administrativo nº 2026009/2026, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA. Onde se lê: "VIGÊNCIAS - INICIAL: 18 de Março de 2026; FINAL: 18 de Março de 2027", leia-se: "VIGÊNCIAS - INICIAL: 31 de março de 2026; FINAL: 31 de março de 2027". Pastos Bons - MA, 07 de abril de 2026. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota, Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 08/2025.

ERRATA

ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026. A Prefeitura Municipal de Pastos Bons/MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA referente à Ata de Registro de Preços nº 008/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 005/2026, Processo

Administrativo nº 2026009/2026, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal de Pastos Bons/MA. Onde se lê: "VIGÊNCIAS - INICIAL: 18 de Março de 2026; FINAL: 18 de Março de 2027", leia-se: "VIGÊNCIAS - INICIAL: 31 de março de 2026; FINAL: 31 de março de 2027". Pastos Bons - MA, 07 de abril de 2026. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota, Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 08/2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025

| | | |
|-------------------------|-----|--------------|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO | Nº: | 2024087/2024 |
| PREGÃO ELETRÔNICO | Nº: | 021/2024 |

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 002/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA, CNPJ nº 11.885.239/0001-02.
BENEFICIÁRIA: CLINICA MULTIMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.189.642/0001-08.

OBJETO DA ATA: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de exames com imagens, RM (ressonância magnética) e otorrinolaringologista para atender a Secretaria de Saúde do Município de Pastos Bons/MA.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 002/2025, nos termos da legislação aplicável e conforme interesse da Administração, mantendo-se as demais cláusulas e condições inicialmente pactuadas.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 08/01/2026 a 08/01/2027.
NOVA VIGÊNCIA: 08/01/2027 a 08/01/2028.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 3.799.145,00 (três milhões, setecentos e noventa e nove mil e cento e quarenta e cinco reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes.
Pastos Bons/MA, 8 de janeiro de 2026.

| | | | | |
|------|-------|----------|-------|------|
| Vera | Lúcia | Ferreira | Costa | Mota |
|------|-------|----------|-------|------|

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

EXTRATO. Processo Administrativo nº 2026020/2026. A Prefeitura Municipal de Pastos Bons/MA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 05.277.173/0001-75, com sede na Avenida Domingos Sertão, nº 1.000, Bairro São José, CEP 65.870-000, Pastos Bons/MA, por intermédio da Secretaria Municipal Administração, neste ato representada pelo Senhor José Burnett Pereira da Silva, Secretário Municipal de Administração, nomeado por meio da Portaria nº 003/2025, inscrito no CPF nº 293.780.443-87, vem, por meio deste, informar a quem possa interessar que: CONSIDERANDO a necessidade de Contratação de pessoa jurídica do ramo para dedetização, descupinização, desratização, limpeza em caixa d'água, hidrojateamento para desobstrução de PV e tubulações de rede de esgoto, sucção, transporte, destinação dos dejetos e limpeza nas fossas e locação de banheiro químico versão standard com dedetização e sanitização diária para atender as necessidades de interesse da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE





FOLHAS. Nº _____
PROC. Nº PE005/26
RUBRICA A



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
Uma cidade para todos



ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
Prefeito Municipal

www.pastosbons.ma.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS - MA
Avenida Domingos Sertão, 1000, São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons - MA
Contato: (99) 98445-7122

www.dom.pastosbons.ma.gov.br

MUNICÍPIO DE PASTOS BONS:05277173000175
Assinado de forma digital por MUNICÍPIO DE PASTOS BONS:05277173000175
Dados: 2026.04.07 20:28:07 -03'00'





PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | |
|--|---|
| ERRATA DO CONTRATO Nº 033/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2026009/2026 | 1 |
| EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025061/2025 | 1 |
| EDITAL Nº 04/2026 - RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO - CANDIDATA: VANESSA SILVA EVANGELISTA DOS SANTOS ABREU | 1 |
| SANÇÃO/PROMULGAÇÃO DE LEI MUNICIPAL - PODER EXECUTIVO | 1 |

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

| | |
|---|---|
| ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2026 | 2 |
|---|---|

TERCEIROS

SEM ATOS A PUBLICAR NESTA DATA

FOLHAS. Nº

PROC. Nº PE 005/26

RUBRICA [assinatura]

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ERRATA

Errata do contrato nº 033/2026, Processo de Origem: Pregão Eletrônico nº 005/2026 nº do Processo Administrativo: 2026009/2026, A Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA, por meio de sua representante legal, torna pública a presente ERRATA referente ao Contrato nº 033/2026, para correção da vigência contratual: Onde se lê: VIGÊNCIA CONTRATUAL INICIAL: 1 de abril de 2026, FINAL: 1 de abril de 2026,

L e i a - s e e :
VIGÊNCIA CONTRATUAL INICIAL: 1 de abril de 2026, FINAL: 1 de abril de 2027, Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato. Pastos Bons - MA, 30 de abril de 2026. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota, CPF nº 322.335.403-44, Portaria nº 08/2025, Secretária Municipal de Saúde de Pastos Bons-MA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2025, assinado em 27/04/2026. Objeto: Adição quantitativa à quantidade inicial do contrato nº 162/2025, que objetiva a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de ampliação da escola deputado Themístocles Teixeira, povoado várzea do meio, no município de Pastos Bons/MA, Processo Administrativo nº 2025061/2025. Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 013/2025. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66. CONTRATADA: CONSTRUPLAN LTDA, CNPJ nº 28.757.170/0001-34. Valor do Aditivo: R\$ 781,92 (setecentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos). Valor Global: RS 320.781,92 (trezentos e vinte mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos). Vigência: 27/04/2026 a 14/04/2027. Valbea Pereira Da Silva Sousa - Secretária de Educação. Pastos Bons - MA, 27 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESPOSTA

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO
Candidata: Vanessa Silva Evangelista dos Santos Abreu
Trata-se de recurso interposto pela candidata acima identificada, no qual requer a recontagem da pontuação atribuída na análise curricular referente ao Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 04/2026.
Após análise criteriosa da documentação apresentada pela candidata, bem como reavaliação dos critérios estabelecidos no referido edital, esta Comissão de Seleção esclarece que:
Conforme disposto no item 2 do Edital nº 04/2026, constitui requisito mínimo para investidura nos cargos ofertados a formação acadêmica específica na área pretendida, sendo exigido, para o cargo de Língua Inglesa, Licenciatura em Letras - Inglês, e para o cargo de Ensino Religioso, Licenciatura em Religião ou Graduação em Teologia com formação pedagógica na área.

Entretanto, verificou-se que a candidata não possui graduação compatível com a área exigida para o cargo pleiteado, condição indispensável para validação da pontuação referente à formação acadêmica e, conseqüentemente, para sua classificação no certame.

Dessa forma, não há irregularidade na pontuação atribuída inicialmente, uma vez que esta seguiu rigorosamente os critérios estabelecidos no edital, especialmente no que se refere à exigência de formação específica.

Conclusão:

Diante do exposto, esta Comissão INDEFERE o recurso apresentado, mantendo-se inalterada a pontuação e a situação da candidata no resultado preliminar, por ausência de atendimento ao requisito mínimo de formação na área exigida pelo edital.

Publique-se.

Antonia Katia Coelho de Souza Pacheco
Presidente da Comissão Organizadora

GABINETE DO PREFEITO

LEI

LEI MUNICIPAL Nº 536/2026 DE 30 DE ABRIL DE 2026 "Dispõe sobre o Recesso de Final de Ano do Conselho Tutelar do Município de Pastos Bons - MA, assegurando o Funcionamento Ininterrupto do Órgão em Regime de Plantão, e dá outras providências." ENOQUE FERREIRA MOTA NETO, Prefeito Municipal de Pastos Bons-Ma, Estado do Maranhão, FAÇO SABER que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pastos Bons - MA, o recesso de final de ano do Conselho Tutelar, compreendido entre os dias 20 de dezembro e 1º de janeiro, assegurando o Funcionamento Ininterrupto do Órgão em Regime de Plantão. Parágrafo Único. O recesso de que trata o artigo anterior não implicará, em hipótese alguma, a interrupção do atendimento à população, devendo ser garantido o funcionamento ininterrupto do Conselho Tutelar em regime de plantão, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Art. 3º Durante o período de recesso, o atendimento será realizado por meio de escala de plantão previamente organizada, assegurando-se: I. Abertura do Prédio do Conselho tutelar diariamente, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 14h:00min às 18h:00min, sendo a presença do conselheiro Tutelar obrigatória no local de serviço, durante todo o expediente, exceto quando for declarado Feriado Nacional ou Municipal; II. A presença mínima de conselheiros tutelares suficientes para o atendimento das demandas; III. A disponibilidade de telefone funcional e outros meios de contato com a população; IV. O pronto atendimento a situações de urgência e emergência envolvendo crianças e adolescentes. Art. 4º A escala de plantão deverá ser elaborada e divulgada nas redes sociais com antecedência mínima de 7 (sete) dias, devendo obrigatoriamente ser encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, ao Ministério Público Estadual e amplamente divulgada à população. Art. 5º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará os conselheiros tutelares às responsabilidades administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente. Art. 6º Caberá ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, fiscalizar o cumprimento desta Lei, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público. Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, Palácio Municipal Prefeito "José Gonçalo", em 30 de abril de 2026. ENOQUE FERREIRA MOTA NETO Prefeito Municipal





FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº PE 005/26

RUBRICA



ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
Prefeito Municipal

www.pastosbons.ma.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS - MA

Avenida Domingos Sertão, 1000, São José, CEP: 65.870-000

Pastos Bons - MA

Contato: (99) 98445-7122

www.dom.pastosbons.ma.gov.br

**MUNICÍPIO DE
PASTOS
BONS:05277173
000175**

Assinado de forma
digital por MUNICÍPIO
DE PASTOS
BONS:05277173000175
Dados: 2026.04.30
19:54:10 -03'00'

